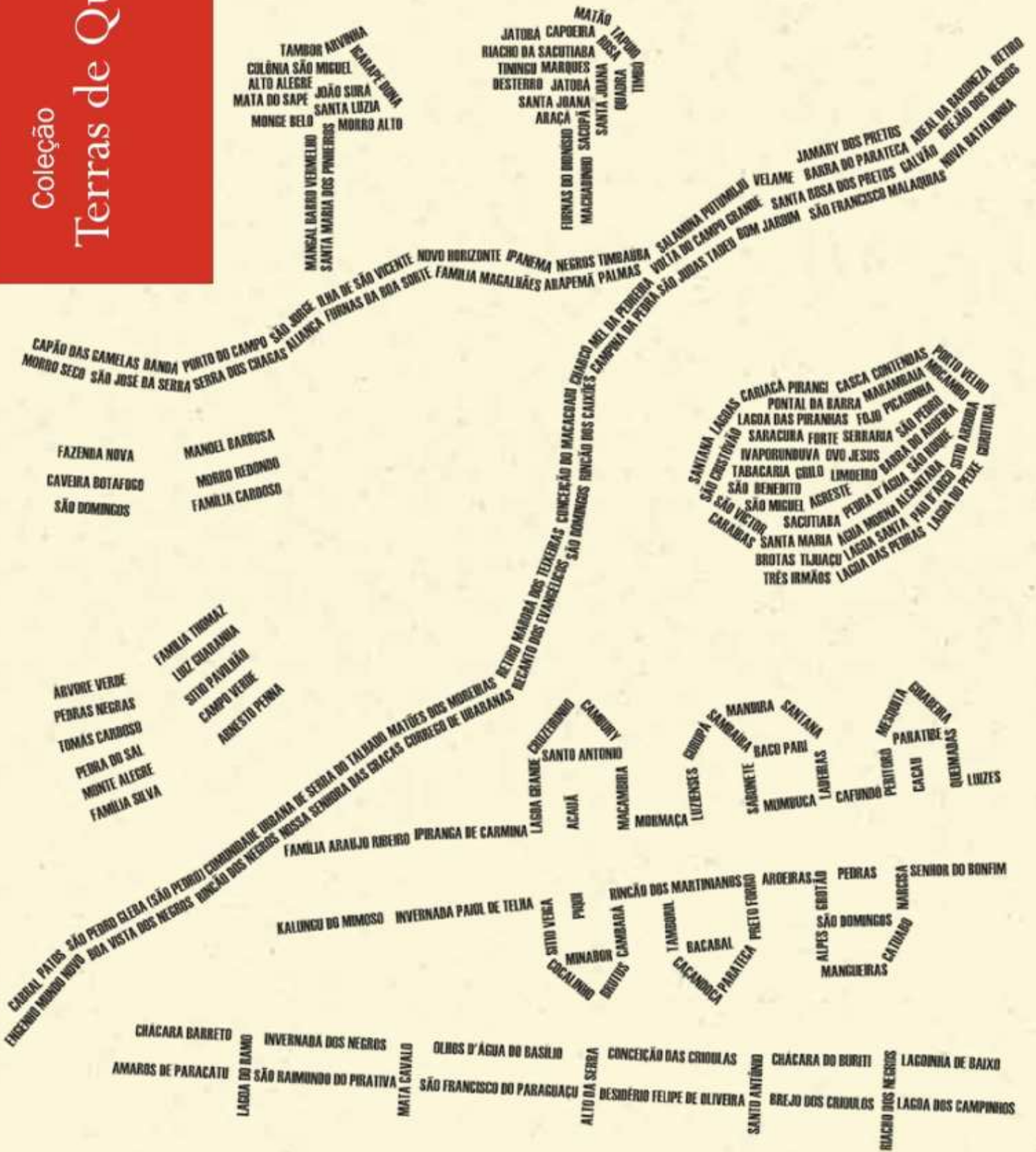


Coleção

Terras de Quilombos

Minas Gerais

Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

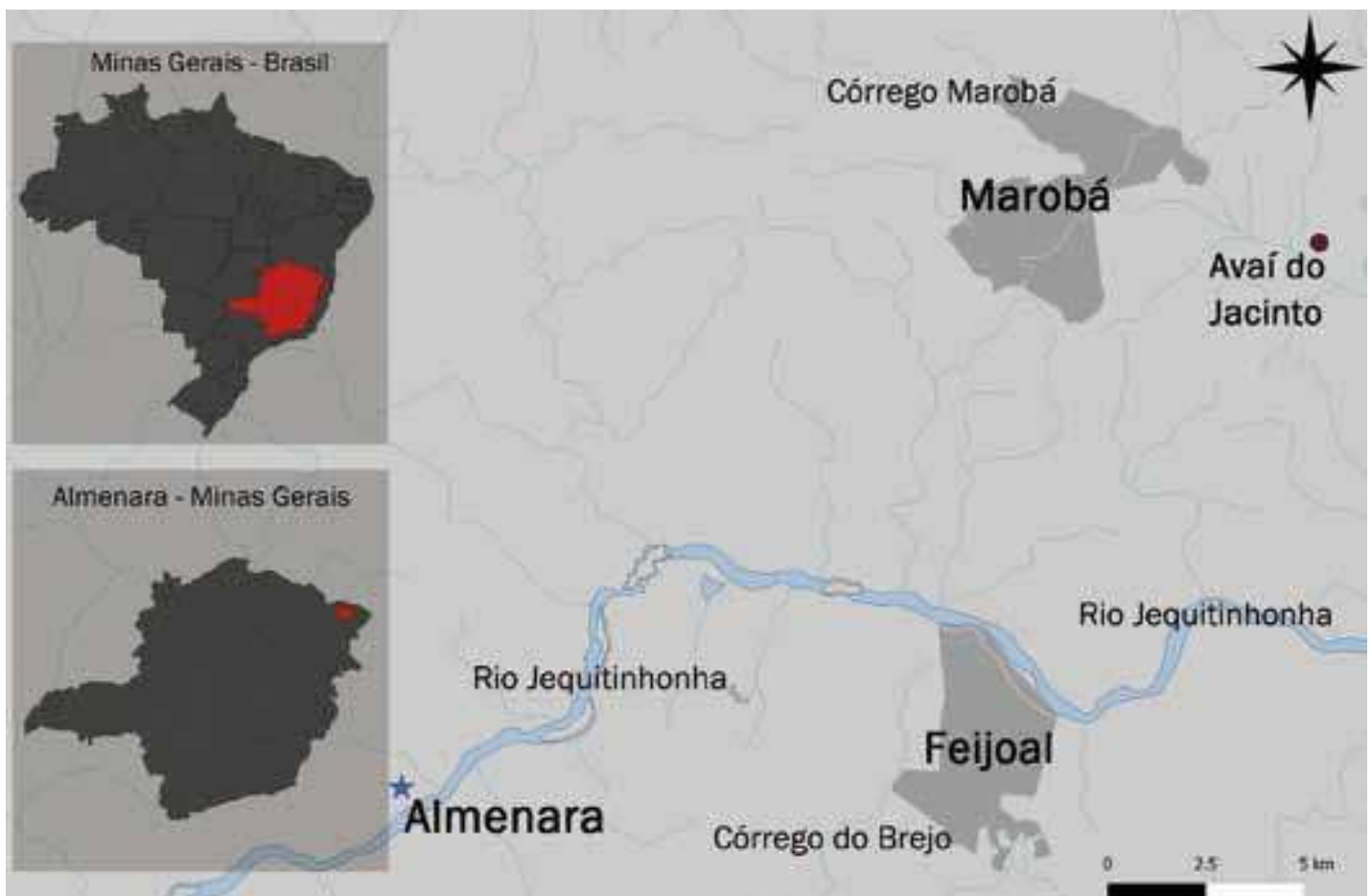
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira

A comunidade quilombola Marobá dos Teixeira foi fundada por João Teixeira de Souza, que conquistou a sua liberdade fugindo da escravidão na região de Diamantina, Minas Gerais, por volta de 1870. O quilombo fica na zona rural do município de Almenara, no caminho para o município de Jordânia. Atualmente lá vivem os herdeiros de nove netos do fundador, que somam 25 famílias, número que vem aumentando devido ao processo contínuo de retorno dos descendentes dos fundadores ao território.

Está bem documentada a legitimidade do quilombo. **As terras reivindicadas pela comunidade Marobá dos Teixeira constam do inventário de João Teixeira de Souza, encontrado quase cem anos depois de sua morte, ocorrida em 1899.**



Estas terras abrangem duas áreas: a de Marobá e a de Feijoa. O Rio Jequitinhonha passa entre elas. No total, a área pleiteada pelos quilombolas é de 3.075.106 hectares, sendo 1.771,31 hectares em Marobá e 1.303,80 hectares em Feijoa.



Sr. Amarantino, Sr. Orlindo e Sra. Delorina Teixeira, membros da terceira geração da família Teixeira. Fonte: André Luís Lopes Borges de Mattos, arquivo pessoal.

O heroísmo da fuga de João Teixeira, o inventário de seus bens que foi reencontrado, a memória muito viva da luta e do sofrimento de seus familiares e descendentes, o cultivo da terra por mais de 140 anos inclusive com uma grande plantação de cacau e o respeito pela natureza da região são a força que move os moradores de Marobá dos Teixeira em busca de seus direitos legítimos.

Heroísmo e herança do fundador

A história da ocupação do território habitado pelos Marobá dos Teixeira começa com um grupo de pessoas que fugia da escravidão na região de Diamantina. Não era a primeira vez que tentavam a fuga. Mas, desta vez, conseguiram. **Durante dias, eles andaram. Iam abrindo o caminho dentro da mata, enfrentando toda sorte de perigos e animais selvagens. Até hoje a coragem dos fugidos é lembrada pelos quilombolas, que consideram João Teixeira de Souza um herói.**

Lembrou aos presentes, a trajetória heroica de nossos antepassados, iniciada com nossos avós e bisavós, o casal Sr. João Teixeira de Souza e D^a Ana Maria de Jesus, [que] juntos aos aderentes e outros fugitivos do cativeiro vieram para esse fim de mundo que era aqui, nos idos de 1870. Depois de palmilharem léguas e léguas com os pés descalços, ou pelo couro cru das alpercatas de couro de anta, rompendo e abrindo caminho nas longínquas das minas gerais. Após enfrentarem com a coragem os percalços pelos caminhos do urro da onça canguçu, lombo-preto e pintada, além do enfrentamento dos bugres valentes na defesa de seus territórios, alcançaram os confins do mundo na época e fizeram clareiras pela boca do machado e línguas de fogo, assim fizeram a posse da fazenda “Marobá”. O nosso clã familiar começou aqui, aonde até hoje vivemos, labutamos e sobrevivemos.

(Ata da Comunidade Quilombola dos Teixeira “Marobá”, processo INCRA, folha 27)

No ano de 1870, encontraram um lugar seguro, onde poderiam permanecer escondidos. Ali, no meio do mato, abriram clareiras. As terras da nova morada foram chamadas de Rancho Grande e ficavam na margem direita do rio Jequitinhonha. Ali, o fundador, João Teixeira de Souza e seus parentes fizeram as primeiras benfeitorias e começaram a plantar os alimentos que precisavam para sobreviver. O que mais se cultivava era o feijão, mas, em uma parte do território, existiam muitos coelhos que comiam boa parte da plantação. Por isso, o Rancho Grande foi dividido em duas porções de terra: uma se chamava Feijoal e a outra, Coelhos.

Depois de algum tempo, a comunidade ali estabelecida percebeu que a terra de Feijoal era muito seca. Por essa razão, as terras que se encontravam do outro lado do Jequitinhonha pareciam melhores para a sobrevivência do grupo. Eram mais próprias para o roçado e de mais difícil acesso, o que dava mais proteção. **Além disso, existiam córregos em suas proximidades nos quais a comunidade podia pescar marobá, o peixe que deu nome ao lugar.**

O início da ocupação de Marobá não significou o total abandono de Feijoal. Na nova faixa de terra, foram construídas palhoças, cercados para animais e casas de pau a pique. Do outro lado do rio, permaneceu a lavoura do feijão e foram construídos ranchões destinados

à guarda de mantimentos. Ficaram também as residências que já haviam sido construídas.

João Teixeira de Souza e sua família permaneceram vivendo na região graças à criação de pequenos animais e às lavouras de feijão, mandioca e legumes. Eles também caçavam e pescavam, principalmente em Marobá, onde animais e peixes eram encontrados em abundância.

Já no fim da sua vida, João Teixeira de Souza conseguiu algumas mudas de cacau, vindas provavelmente de Guaxuma, no sul da Bahia, levadas por tropeiros. Foi quando o fundador começou uma plantação de cacau nas terras férteis da Mata Atlântica que existiam em Marobá. Enquanto ainda preparava o plantio das novas árvores, em 1899, João Teixeira de Souza adoeceu e logo veio a falecer.



Antigo cemitério em Feijoal, onde estão enterrados João Teixeira de Souza e alguns de seus descendentes. Fonte: André Luís Lopes Borges de Mattos, arquivo pessoal.

Em 8 de julho deste mesmo ano, foi aberto o inventário de todos os bens que possuía. Entre estes bens, foram citadas as terras de Feijoal, Coelhos e Marobá, as residências e todas as benfeitorias ali construídas, uma pequena quantidade de gado, outros pequenos animais e toda a plantação da família.

Porém, alguns desses bens nunca chegaram às mãos dos filhos de João, pois logo desapareceram. **Dentro de pouco tempo, o inventário foi fechado e arquivado. Os escravões do cartório alegaram que as terras haviam sido abandonadas, fato contrariado pela presença da família até os dias atuais.**

Plantação de cacau

Mesmo depois da morte do fundador, seus filhos permaneceram vivendo no território. Um exemplo maior da permanência da ocupação nos dois lados do rio foi o cultivo da terra praticado por Antônio Teixeira de Souza, um dos filhos de João. Ainda jovem, ele começou a viver com Maria Ferreira, com quem teve duas filhas, Ana e Josefa, ambas nascidas em Feijoal. Pouco tempo depois, Antônio conheceu Carlota Adelaide de Jesus, com quem se casou em 1910, aos 33 anos, e teve sete filhos: Etelvina, Laudelina, Delorina, Clemência, Orlando, Amarantino e Ervílio.



Abertura da colheita coletiva do cacau, 21 de abril de 2015. Fonte: arquivo da comunidade.

Nessa época, todo o território era ocupado por membros da família. Maria Ferreira passou a morar em uma parte de Feijoal conhecida como Córrego de Areia. Já Carlota e seus filhos ocuparam a área da fazenda Marobá. Antônio fez moradia deste lado, mas fazia visitas frequentes a Maria, em Feijoal. Pai e filhos sempre se preocupavam em levar mantimentos para o outro lado do rio. Sempre que iam levar algo, também retornavam com alimentos que não produziam em

seu território de residência. Assim, a travessia entre Feijoal e Marobá era frequente até a morte de Maria Ferreira. Depois disso, Antônio deixou de ir a Feijoal, mas os descendentes da mulher continuaram a viver lá.

Durante todo esse tempo, a comunidade se dedicou à lavoura do cacau, que fora iniciada por João Teixeira de Souza. A combinação das terras férteis da Mata Atlântica, da mão de obra familiar disponível e do mercado para venda foram muito importantes para o desenvolvimento da lavoura. **Esse foi um momento muito marcante na história da família, uma vez que a venda do cacau representou a primeira atividade comercial da comunidade. Isso lhes dava certa estabilidade.**

No auge da produção, existiam aproximadamente cem mil pés de cacau em Marobá e a comunidade chegou a produzir duas mil arrobas do fruto por ano, colhidas a cada seis meses. O processamento do cacau acontecia na fazenda, em estrutura que havia sido construída pela própria comunidade. A secagem era feita em barcaças de rodas de pau. A venda do produto era feita por meio dos tropeiros, que o levavam até o sul da Bahia ou pelos mascates em canoas pelo rio Jequitinhonha. Essa era a principal fonte de sustento da comunidade até a chegada dos fazendeiros.

Violência e invasão

Em 1939, todo o território especificado no inventário de João Teixeira de Souza foi vendido para fazendeiros como se fossem terras devolutas. A fazenda de Feijoal e parte de Coelhos foi dividida entre dois proprietários e, depois, com seus sucessores. Após a venda, os membros da família Teixeira que ainda residiam em Feijoal foram expulsos de suas casas. Muitos foram obrigados a deixar o território e acabaram se dispersando pelo país. Os que permaneceram na região foram forçados a se mudar para Marobá, onde toda a comunidade passou a viver.

Marobá foi adquirida por Manoel Soares da Cunha Peixoto, também conhecido como o coronel Tinô. Era sabido que o fazendeiro tinha uma doença na perna que poderia até levá-lo à morte, caso não fosse curada. Por isso, tinha dificuldade para caminhar. **O Sr. Orlando lembra-se que seu pai, Antônio Teixeira de Souza, se dizendo colega do homem, decidiu ajudar: sempre que o coronel Tinô precisasse passar por uma ponte ou fazer alguma travessia difícil, Antônio colocava Tinô em suas costas e o levava para onde fosse necessário. Criou-se, então, uma afinidade entre os dois homens.**

Três anos após a compra, a propriedade foi vendida. Coronel Tinô, entretanto, fez questão que constasse no documento de venda uma ressalva sobre a existência de um “herdeiro” no território. Tratava-se, provavelmente, de Antônio Teixeira de Souza que era, naquele tempo, a principal referência da família Teixeira e que havia sido designado como tutor de seus irmãos mais novos à época da abertura do inventário. Era, provavelmente, uma tentativa do coronel Tinô de poupar Antônio de uma possível expulsão de suas terras. Essa ressalva também é muito importante por ser uma prova incontestável de que a terra já era de posse da família Teixeira antes mesmo da primeira compra. Além disso, também comprovava que eles não haviam abandonado o território, conforme se havia dito quando da interrupção do processo do inventário.

A compra de Marobá significou um período de sofrimento na vida da família Teixeira. Na tentativa de expulsar do território os herdeiros legítimos e diretos de João Teixeira de Souza, todo o tipo de violência foi usada. Apenas Antônio Teixeira de Souza permaneceu nas terras de seu pai até 1965, quando faleceu aos 90 anos. Usando jagunços violentos, cachaceiros e arruaceiros, destruíram as casas, o cultivo e a criação da família Teixeira.

Os fazendeiros obrigaram aqueles que insistiam em permanecer no território a trabalhar como agregados da fazenda. Nessas condições, os membros da comunidade eram forçados a realizar atividades de roçado, derrubada de matas, preparação de pastos para gado

e, sobretudo, a trabalhar na lavoura de cacau, que já havia sido o símbolo maior de sua prosperidade. **A comunidade lembra que, em troca do trabalho, recebia tão pouco dinheiro que não conseguia comprar nada.** Quando questionados, os fazendeiros respondiam que os membros da família Teixeira tinham o privilégio de viver em sua fazenda. Muitas vezes, o pagamento era feito por meio de comida. Essa situação lembrava aos descendentes de João Teixeira de Souza a condição de escravizados, que fora a realidade de seus antepassados e sobre a qual ouviram histórias de seus pais e tios.

Embora Marobá pertencesse oficialmente a outros fazendeiros e muitos dos antigos residentes do território tivessem sido expulsos de suas casas, a família Teixeira nunca deixou inteiramente suas terras. É verdade que muitos deles foram obrigados a migrar para outras cidades, mas continuaram a se sentir parte da comunidade. Como consequência das expulsões o número de famílias foi reduzido, ficando principalmente os netos de Antônio e Pedro Teixeira.

Luta e esperança da comunidade

No fim dos anos 1990, o inventário de João Teixeira de Souza finalmente retornou às mãos da família Teixeira, após décadas desaparecido. Isso aconteceu por meio de um membro da família Teixeira, que havia participado da compra da fazenda Marobá, do Feijoal e dos Coelhos. Esse homem, um dos descendentes do fundador, era conhecido por atuar como jagunço do coronel Tinô. À época das negociações, os compradores estavam cientes da personalidade violenta do homem e acabaram por envolvê-lo na negociação por medo de que ele pudesse tomar alguma atitude violenta em favor de sua família. Nesse negócio, ele seria beneficiado pelos fazendeiros em troca da destruição do inventário.

Contudo, o documento permaneceu em sua posse até o fim de sua vida quando, doente e arrependido, mandou chamar Orlindo Teixeira, um de seus primos. Orlindo já movia um processo na Justiça para a reabertura do inventário.

Na ocasião da visita, o homem arrependido contou todo o ocorrido ao primo e entregou-lhe o documento original.

[...] Deus ajudou que inchou as pernas para morrer, esse primo meu, mandou me chamar na Bahia e eu vim. Aí ele chegou aí, já tinha dado ao Amarantino um papelzinho, mas tinha dado um xerox e o Amarantino ficou pensando que era o original, não foi. Ele mandou me chamar sentado numa cadeira de rodas, chegou, na hora que ele me viu, um pistoleiro da primeira classe, esse D. que era assim, pegou a chorar e disse: ‘O meu filho, nós temos...’. Mandou a mulher dele, chama Augusta: ‘apanha lá Augusta, aquele papel’. Apanhou e no que deu a ele, ele disse: ‘Olha, Orlindo, nós temos tudo isso aí. Você pode cair atrás’. (Orlindo Teixeira, entrevista, 16/02/2011).

Em 2002, o Sr. Orlindo Teixeira de Souza fez correr a notícia da herança e passou a convocar os parentes afastados para aderir à causa. Muitos membros da família começaram a voltar ao seu território de origem. Alguns, inclusive, deixando filhos em idade escolar para trás. O sentimento de pertencer às histórias de Marobá e Feijoal mostra que está bem vivo depois de tantos anos.

Em 21 de agosto de 2008 foi fundada a Associação Quilombola. Na ata da fundação os quilombolas se referem às suas terras legítimas como “terras de preto”. Isto faz referência à cor da pele dos membros da família, que os diferencia dos fazendeiros e dos demais agregados da fazenda. Isso também demonstra que são eles os legítimos descendentes dos primeiros habitantes, que teriam sido os escravizados que conquistaram a liberdade através da fuga.

As fronteiras das áreas pleiteadas foram estabelecidas conforme as áreas ocupadas pelas primeiras gerações da família Teixeira. A área de Feijoal foi aquela inicialmente ocupada por João Teixeira de Souza. No caso de Marobá, a área pleiteada corresponde exatamente à região que consta do inventário de João Teixeira de Souza, sendo aquela que os membros da família se referem como legítimas. Além de respeitar fronteiras históricas, estas áreas possuem locais, objetos e marcos naturais importantes para a história da família Teixeira. Lá estão a área das moradas, com suas áreas de cultivo e criação,



fundamentais para a sobrevivência da comunidade. Também está lá a plantação de cacau, hoje com 30 mil pés, que foi iniciada pelo próprio João Teixeira de Souza. Além da primeira barcaça de pau construída pela comunidade, está lá a sepultura de Pedro Teixeira de Souza.

Os membros da comunidade se referem ao pleito pelo reconhecimento legal de seu território como uma guerra, iniciada pelos mais velhos, quando resistiram aos desmandos dos fazendeiros, continuada agora pelos seus descendentes através do processo na Justiça. **E o fim desta guerra será somente quando acontecer a titulação do território dos Marobá dos Teixeira.**

Como vivem os Marobás dos Teixeira

As condições atuais de vida da comunidade são limitadas pelo escasso espaço de uso do solo e de seus recursos naturais, imposto pelo proprietário da fazenda Marobá. As casas são de pau a pique, cobertas com telhas de amianto, e foram construídas pelos próprios moradores ou por membros da comunidade. Apenas uma delas é de alvenaria. O Quilombo não possui eletricidade ou saneamento. A água consumida é retirada dos três córregos existentes no território.

As casas possuem áreas de roçado e pequenos espaços destinados à criação de animais, como aves e porcos. Algumas plantações individuais são feitas em terras de uso comum. Não existem cercas separando os roçados e cada um respeita o espaço e a produção do outro. A terra é preparada pelo sistema de coivara, manualmente com a enxada, ou utilizando tratores. Homens e mulheres trabalham juntos no cultivo, mas o serviço doméstico é uma responsabilidade feminina, ressaltando raras exceções. A plantação e beneficiamento da produção são destinados ao próprio consumo e à comercialização, tanto nas feiras livres quanto nos mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE).

As formas de plantar e criar animais entre os quilombolas têm muito em comum com as usadas por seus antepassados, mesmo que tenham sido modernizadas. Os descendentes de João Teixeira de Souza ainda cultivam principalmente o feijão, a mandioca e o milho, mas também, em escala menor, frutas, hortaliças e amendoim, além de outras produções mais diversificadas. Também são produzidos farinha, polvilho e massa puba a partir da mandioca, para vender na feira.

O plantio é feito com base em dois ciclos produtivos, que correspondem às estações das águas e da neblina. Antigamente, podia-se prever o início de cada uma delas pelo calendário lunar, mas hoje o regime de chuva mudou, dificultando a previsão. Agora, a estação da neblina começa com a última enchente e a das águas, com a primeira chuva. Era costume dos antepassados chamar a chuva por meio de rituais de canto e de reza. Hoje, recorre-se à reza apenas para livrar as plantações das pestes de lagartas.

Atualmente não há agente de saúde designado para atender a comunidade. Quando precisam vão ao setor de saúde em Almenara, pois os postos dali também não os atendem, ou no Avaí, distrito do município de Jacinto. As escolas frequentadas pelas crianças da comunidade se localizam nestes locais e também em Jacinto. Há transporte público – ônibus ou Kombi- de ida e volta, para os alunos, o que tenderá a diminuir o índice de grande analfabetismo na comunidade. Além disso, em 2014 a comunidade executou o projeto MOVA Brasil, para educação de jovens e adultos, porém, não houve continuidade.

Religião, festa e preservação da natureza

As festividades no território dos Teixeira não são hoje muito frequentes. A maior parte da comunidade é católica, com os altares montados dentro de suas próprias casas.

Antigamente havia mais festas e comemorações religiosas, em dias dos santos, principalmente na Semana Santa, com procissões e encenações da paixão de Cristo, realizadas no distrito de Avaí e, hoje, também em Marobá. Em geral, aconteciam em locais próximos à Marobá, sendo momentos em que os parentes da família Teixeira tinham um contato com os demais agregados da fazenda e com membros de outras comunidades próximas.

Antes, quando algum parente morria, o corpo era velado em casa, com rezas e cantos entoados pelas mulheres. Os mortos eram enrolados em redes, carregados até o local das sepulturas e enterrados diretamente na terra. Recentemente, a comunidade demarcou dentro do seu território um espaço destinado ao enterro de seus mortos, o cemitério Santo Antônio. Mas os antigos cemitérios são muito valorizados pela comunidade. **Todos sabem onde seus antepassados estão enterrados: no cemitério do Feijoal, onde está o corpo de João Teixeira dos Santos ou no cemitério da estrada de bandeira. Outra sepultura importante é a de Pedro Teixeira de Souza, enterrado aos pés de uma gameleira, perto da plantação de cacau.**

A família Teixeira vive e cultiva o território há 140 anos, preservando a natureza. Muitos membros da família que estão, aos poucos, retornando às terras de seus antepassados voltam com uma nova consciência ecológica, preocupados com a dinamização da produção e com a preservação dos recursos naturais.

Este texto foi escrito por Maíra Leal Corrêa, a partir do Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira, elaborado pelo antropólogo André Luís Lopes Borges de Mattos, e atualizado com informações fornecidas pela comunidade.

Uma palavra da comunidade Marobá dos Teixeira

Na leitura da comunidade, a chegada dos fazendeiros ao território foi marcada por um processo de grilagem na qual toda a terra do Feijoa foi tomada. Já Marobá, sofreu um processo de grilagem e venda ilícita.

Em defesa de seu território, a elaboração do RTID da Comunidade Quilombola Marobá dos Teixeira, ocorrida no ano de 2008, enfatizou, sobretudo, as dificuldades enfrentadas por este povo e sua capacidade de resistência em meio a condições tão adversas na luta pelo seu território de direito e por reconhecimento.

Com uma nova perspectiva acerca da própria realidade e história, em 2015 a comunidade quilombola lança um novo olhar sobre si mesma, bem mais otimista, ressaltando os avanços e as várias conquistas alcançadas desde então. Olham para frente e buscam avanços ainda maiores, visando sobretudo a conquista definitiva do Território por meio da titulação, mas, para além disso, esperam a vitória na luta por acesso aos direitos fundamentais que ainda lhes são negados (saúde, energia elétrica, água encanada, etc.) e o desenvolvimento de suas atividades produtivas proporcionando-lhes autonomia e garantindo sua sustentabilidade.

As condições de vida da comunidade melhoram na medida em que cresce o uso do solo para fins de agricultura, pecuária e dos recursos naturais a partir da organização que fez com que as famílias tomassem a posse de fato das terras.

A partir de 2015, a comunidade retoma a colheita e o manejo coletivo do cacau para beneficiar e viabilizar as atividades e a gestão de sua associação comunitária. Há também um esforço crescente dos moradores para melhorar as condições das residências. Em 2015 já existem mais de dez construções de alvenaria encaminhadas, incluindo a farinheira comunitária construída através de mutirões.

Um retorno contínuo dos descendentes dos fundadores se dá no processo de retomada do território e de suas atividades produtivas e comunitárias. Em 2015, já somam 25 famílias que vivem no território quilombola.

Reunidos em volta da farinheira comunitária, os quilombolas dão alguns depoimentos sobre seus sonhos e expectativas para a comunidade dentro de um período de 10 anos:

Sr. Antônio

Quero ver a construção de usinas para beneficiamento da nossa cana, cacau e café.

Jurandir

Peço a Deus paz, saúde, mas principalmente o título e a luz.

Dermevaldo

Pedimos o título, água, luz, mas também queremos mais crianças e jovens, pois a comunidade está ficando velha. Precisamos de escola para atrair os jovens que hoje acham que aqui não é um lugar bom de viver. O jovem precisa de lazer, um espaço para fazer festa, se não daqui a 10 anos só vai ter velhinhos aqui.

Liquinha

Creio que podemos tentar recuperar o que perdemos, uma delas é a juventude; hoje só temos de jovem a Simone e quase não há criança (somam em torno de 12). Hoje na cidade você tem coisas, aqui chegamos em casa da roça e não tem nada (TV, computador etc.). Espero que consigamos é ter força de vencer unidos, não vim para essa guerra para desistir.

Maria Deusa

Temos que modernizar as casas para que as casas sejam mais suficientes para todos. Temos vergonha de receber uma visita em casa porque não tem um banheiro decente. Queremos melhorias das casas, que sejam mais modernas.

Vivani

Espero a recuperação de D. Perolina que teve um AVC e de D. Teteia que levou uma queda e hoje está quase paraplégica.

Rosa

Espero que em 10 anos as questões mais básicas de condições de vida da comunidade já tenham sido superadas (saúde, eletricidade etc.). Espero que a organização comunitária esteja bem consolidada, que reuniões, mutirões sejam um hábito. Hoje o processo ainda é muito incipiente, mas daqui alguns anos esperamos que já seja natural. Além disso, que sejam estabelecidas e mais consolidadas as áreas de reserva, os espaços comunitários e as de roçado coletivo.

Sr. Antônio

Além disso, precisamos construir igrejas, não podemos esquecer de Deus. Uns 3 ou 4 templos para católicos, evangélicos etc. Vamos hoje em busca de lazer e participamos de celebrações nos Monteiro (fazenda próxima), mas lá só há um boteco para tomar pinga.

Rosa

Espero ainda ver celebrar aqui a festa do Reisado, resgatar os contos centenários, danças, o patrimônio cultural, material e natural com espécies de sementes, árvores centenárias, a barcaça de cacau etc.

Este texto foi escrito por Amanda C. Medeiros Cardoso, Assessora Territorial de Gestão Social. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) Baixo Jequitinhonha IFNMG/CNPq/MDA em diálogo com a Comunidade.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Matins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C824m Corrêa, Máira Leal
Marobá dos Teixeiras / Máira Leal Corrêa. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório antropológico de caracterização histórica,
econômica e sócio-cultural da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras
de André Luís Lopes Borges de Mattos.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Mattos, André Luís Lopes Borges
de . Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e
sócio-cultural da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.